



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018

O Município de Rodeio/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 83.102.814/0001-64, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 1069, Bairro Centro, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Weiss, no uso de suas prerrogativas legais, torna público que se encontra aberto CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE ÁRBITROS, MESÁRIOS E/OU ASSISTENTES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS SAZONAIS E/OU PERIÓDICOS DA DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME CALENDÁRIO ESPORTIVO DE 2018, cujas especificações detalhadas encontram-se no Termo de Referência que acompanha o Edital.

O serviço deverá ser cumprido em plena e total conformidade com a Lei nº 8.666/1993, e alterações posteriores e condições abaixo.

Os envelopes deverão ser protocolados e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura de Rodeio/SC, durante o período de 09/04/2018 a 31/12/2018:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui-se como objeto do presente edital, o credenciamento objetivando a contratação de profissionais (pessoas físicas e jurídicas), para exercício das funções de árbitros, mesários e/ou assistentes, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da Diretoria de Esportes e Lazer, conforme calendário esportivo de 2018, tudo conforme este edital e seus anexos.

1.1.1 - As quantidades propostas são estimadas para o exercício de 2018 a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações para mais ou menos e aditivadas, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, observadas as formas e condições estabelecidas no edital, anexos e na Lei nº 8.666/1993.

1.1.2 - O valor para adimplimento pelos serviços credenciados, toma por base os valores praticados no mercado, na região e compreende todos os custos diretos e indiretos relacionados ao serviço (em especial às horas laboradas, a disponibilidade durante a competição, o deslocamento, a alimentação, a estadia, encargos sociais, trabalhistas e tributários aplicáveis à espécie).

1.2 - O prazo de execução das atividades do presente credenciamento é a data de 31/12/2018, considerando o calendário esportivo anual.

1.3 - A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com as demandas da Diretoria de Esportes e Lazer, através de sistema de rodízio.

1.4 - Os interessados deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes do edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

1.5 - PERÍODO PARA INSCRIÇÕES: de 09/04/2018 a 31/12/2018.

2 - FONTE DE RECURSO

2.1 - Dotações orçamentárias/convênios extra orçamentários a serem utilizados:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
5	Secretaria de Educação
1	Departamento de Desporto e Lazer
2011	Manter e Apoiar o Desporto e Lazer
33390399900000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1000000	Recursos Ordinários



3 - PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste edital e seus anexos.

3.2 - Serão admitidas a participar, além das pessoas físicas, as pessoas jurídicas que estejam legalmente constituídas para os fins do objeto pleiteado, conforme a documentação solicitada no edital.

3.3 - É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou indireta (independente da esfera governamental) ou ainda que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

3.4 - Não será admitida a participação de consórcios.

3.5 - Não será aceita a participação de interessadas cujo(s) proprietário(s) ou sócio(s) seja(m) servidor(es) público(s), vereadores ou agentes políticos do Município de Rodeio/SC.

3.6 - No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), se for o caso, participar da presente licitação com tratamento diferenciado das demais empresas, é obrigatória a apresentação dos documentos abaixo especificados:

3.6.1 - Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, para comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

3.6.1.1 - Nas participações das sociedades simples que atendam aos requisitos da normativa, poderá ser apresentada certidão expedida pelo cartório ou ofício a que esteja registrada a sociedade simples, comprovando seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada.

3.6.2 - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para comprovação do registro como MEI, conforme previsto na Resolução CGSIM nº 16, de 17 de Dezembro de 2009 - Art. 3º IX.

3.6.3 - Caso a licitante opte por não se credenciar, deverá entregar este documento juntamente com a proposta.

3.7 - Não poderão participar da presente licitação o microempreendedor individual que se enquadre nas exclusões previstas nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, abaixo transcrito:

"...

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;



V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.”

4 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura dos envelopes, quando se tratar de cidadão comum, e de até 02 (dois) dias úteis, quando se tratar de licitante, os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

4.2 - As impugnações deverão ser protocoladas dentro do prazo previsto em lei, junto ao setor de protocolos do Município de Rodeio/SC (Rua Barão do Rio Branco, nº 1069 - Bairro Centro - CEP: 89.136-000), no horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, fazendo constar obrigatoriamente fora do envelope (devidamente lacrado) o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Impugnação”) e seu encaminhamento aos cuidados da Comissão de Licitações, sob pena da não apreciação e nulidade.

4.3 - Serão aceitas impugnações enviadas por fac-símile ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, estando sua validade condicionada à apresentação do original na forma legalmente estabelecida na Lei nº 9.800/1999.

4.4 - Caberá à Comissão Permanente de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo em até 03 (três) dias úteis após o limite de envio de impugnações. Sua manifestação de resposta se dará pela forma mais conveniente, podendo ser por e-mail, fac-símile, carta registrada (AR) ou entrega pessoal protocolada.

4.5 - Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

a) Anulação ou revogação do edital;

b) Alteração do edital e manutenção da licitação, republicação do edital e reabertura do prazo de publicidade;

c) Alteração no edital e manutenção da licitação, dispensada a nova publicação e reabertura do prazo nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

4.6 - Aos atos da Comissão Permanente de Licitações e da Autoridade Competente cabem: recurso, representação e pedido de reconsideração, conforme artigo 109, inciso I, II e III da Lei nº 8.666/1933.

5 - ENTREGA DOS ENVELOPES/FORMA DE INSCRIÇÃO



5.1 - Os interessados deverão protocolar 01 (um) envelope com a documentação relacionada no item 6 abaixo, conforme previsão de protocolo citada no preâmbulo deste edital.

5.2 - A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação, análise e deferimento dos documentos enumerados no item 6.

5.3 - Atendidas todas as exigências do edital de credenciamento, será firmado contrato com a credenciada, sem prejuízo do pleno cumprimento das condições estabelecidas neste edital, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

5.4 - Os documentos necessários deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor municipal da Central de Licitações.

5.5 - Quanto às autenticações:

5.5.1 - Para a autenticação no setor de Licitações as licitantes deverão apresentar os documentos originais e as fotocópias dos mesmos, na mesma ordem de organização objetivando otimizar a conferência, as quais deverão ser feitas previamente por conta do licitante. O setor de Licitações não fornecerá fotocópias.

5.5.1.1 - Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pela autoridade do certame.

6 - DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos para habilitação/credenciamento deverão ser apresentados em envelope fechado, e protocolados no Setor de Protocolos da Prefeitura de Rodeio/SC, com a seguinte identificação externa:

Envelope - HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO nº 03/2018

Diretoria de Esportes e Lazer

Licitante: (nome completo, nº do CPF (ou CNPJ se MEI), telefone, e-mail)

Função pretendida: (Identificar qual a função que pretende se credenciar - árbitro, mesário e/ou assistente, modalidades esportivas conforme termo de referência).

6.2 - O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.2.1 - Quanto à habilitação jurídica:

6.2.1.1 - Pessoa Jurídica:

a) Ato Constitutivo vigente, que demonstre ser do ramo objeto deste credenciamento. Obs.: Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de prévia autenticação. Serão realizadas consulta de autenticidade pela comissão em sessão junto ao site da Junta Comercial.

6.2.1.2 - Pessoa Física:

a) Cópia do documento de identificação com foto - RG ou CPF;

b) Cópia do Título de Eleitor;

c) PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS;



d) Comprovante de residência atual (últimos 30 dias);

6.2.1.3 - Microempreendedor Individual:

a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado>), acompanhado de RG e CPF.

6.2.2 - Quanto à regularidade fiscal e trabalhista (tanto para pessoa jurídica quanto física):

a) Certidão Negativa de Débitos Federais/União; (A Certidão Negativa de Débito Previdenciário foi unificada à CND Federal, conforme Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014);

b) Certidão negativa de Débitos Estaduais;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

d) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da licitante;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

6.2.3 - Declarações obrigatórias:

6.2.3.1 - Declaração subscrita pela interessada, atestando, conforme modelo constante do Anexo III deste edital, no mínimo:

a) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Que o ato constitutivo é vigente;

c) Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública;

d) Que conhece e aceita todas as condições do referido edital;

e) Que cumpre os requisitos de habilitação.

6.2.4 - Declaração expressa subscrita pelo proponente, onde ateste o aceite das condições de preço do credenciamento, com no mínimo as seguintes informações:

a) Nome completo, endereço completo, RG/CPF, telefone e-mail;

b) Descrição do objeto em conformidade com o Termo de referencia;

c) No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente processo;

d) O proponente deverá informar na sua proposta dados bancários sendo Banco, Agência e Conta Corrente em seu nome para pagamento.

6.2.5 - Declaração expressa subscrita pela interessada, atestando impedimento de contratação, conforme modelo constante do Anexo IV.

6.2.6 - Quanto à Qualificação Técnica:

6.2.6.1 - Pessoa Jurídica:



a) Alvará de licença ou declaração de vínculo com, no mínimo, 03 (três) Federações Esportivas do estado de Santa Catarina, considerando as diversas modalidades esportivas objeto do credenciamento;

c) Comprovação de atividade desenvolvida em eventos esportivos, através da apresentação de Declaração/Certificação por entidade gestora da competição afirmando a participação com equipe de arbitragem e o desempenho obtido, objetivando a efetiva comprovação de experiência na atuação de serviços de arbitragem para garantia da qualidade.

6.2.6.2 - Pessoa Física:

a) Comprovação de experiência na arbitragem relativa à modalidade pretendida em eventos esportivos, através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica expedida por órgão competente do Sistema Esportivo ou Certificado de Curso específico aferido por Federação ou Entidade Esportiva da Modalidade.

6.3 - A apresentação do envelope será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste edital e seus anexos, aceitando-os expressamente, e que os serviços apresentam todas as características e especificações exigidas neste edital.

6.4 - A inobservância das determinações acima implicará na inabilitação da proponente.

7 - ABERTURA E JULGAMENTO

7.1 - A documentação exigida para credenciamento será analisada pela Comissão Permanente de Licitações, observando-se os seguintes procedimentos:

7.1.1 - Os envelopes serão abertos pela Comissão Permanente de Licitações, sendo todas as folhas constantes do mesmo, rubricadas pelos membros.

7.1.2 - Examinada a documentação e atendidos os requisitos exigidos neste edital e seus anexos, a proponente será declarada pela Comissão Permanente de Licitações como habilitada para a prestação dos serviços objeto do credenciamento.

7.1.2.1 - As proponentes que, independente do motivo, deixarem de apresentar ou apresentarem em desacordo qualquer dos documentos exigidos no item 6 - DOCUMENTAÇÃO, serão inabilitadas, e cientificadas para que, querendo, no prazo de 5 dias úteis, providenciem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação.

7.1.2.2 - A inobservância ao prazo estabelecido no subitem anterior e/ou a ausência de exatidão nos documentos novamente apresentados, acarretarão na inabilitação e exclusão do proponente do processo de credenciamento.

7.1.2.3 - É vedada a participação do proponente caso sua inabilitação seja decorrente de eventual cumprimento de penalidade aplicada pela Diretoria de Esportes e Lazer por inobservância às regras na prestação do serviço, ou, decorra de suspensão de contratar com a administração pública.

7.2 - Das sessões de Abertura e Julgamento da Documentação de Habilitação será lavrada ata, assinada pelos membros da Comissão, que será encaminhada, via e-mail, à proponente, bem como publicada no Portal de Transparência do Município.

7.2.1 - As fases internas do processo de credenciamento, assim sendo as atas, convocações e demais atos relativos ao processo licitatório serão divulgadas através do veículo oficial de imprensa da Prefeitura de Rodeio/SC, quando necessário, ficando desde a data da publicação convocadas as licitantes à apresentação de recurso ou demais manifestações cabíveis.



8 - RECURSOS

8.1 - Os recursos administrativos deverão obedecer ao disposto do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

8.2 - Havendo intenção de recorrer, terá a proponente o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do recurso, contados do efetivo comunicado de julgamento da documentação.

8.3 - Os recursos deverão ser protocolados em prazo previsto em lei, junto ao setor de protocolos do Município de Rodeio/SC, no horário de expediente indicado no item 4.2 deste edital, fazendo constar obrigatoriamente na identificação do envelope (devidamente lacrado) o "número do credenciamento", seu conteúdo ("Interposição de Recurso") e seu encaminhamento aos cuidados da Comissão de Licitações, sob pena da não apreciação e nulidade.

8.4 - Serão aceitos os recursos enviados por fac-símile ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, estando sua validade condicionada à apresentação do original na forma legalmente estabelecida na Lei n.º 9.800/1999.

8.5 - Caberá à Autoridade Competente a decisão dos recursos interpostos contra os atos da Comissão e a resposta ao recurso por parte da Diretoria de Esportes e Lazer dar-se-á pela forma mais conveniente, podendo ser por fac-símile, e-mail, carta registrada, ou entrega pessoal protocolada.

9 - CREDENCIAMENTO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Inexistindo manifestação recursal, será adjudicado o credenciamento da proponente.

9.1.1 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação.

9.2 - Adjudicado o credenciamento, será efetuada a homologação do resultado pela Autoridade Competente.

9.3 - Fica facultado o descredenciamento aos proponentes, caso comunicado à Diretoria de Esportes e Lazer, por meio de ofício justificado, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias consecutivos, mantendo a prestação do serviço durante o período mencionado.

10 - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

10.1 - Os árbitros, mesários e/ou assistentes, serão escalados no formato de rodízio conforme a necessidade da Diretoria de Esportes e Lazer para jogos em locais e horários a serem definidos de acordo com o calendário de eventos contido no Termo de Referência, podendo haver alterações mediante prévio aviso. Tal escala está sujeita à avaliação técnica a ser realizada pela Diretoria de Esportes e Lazer e estará disponível no site da Prefeitura.

10.1.1 - Quando se tratar de pessoas jurídicas (ligas), a entidade será interpretada como uma credenciada no rodízio, ou seja, apesar da pessoa jurídica ser formada por diversos membros, caberá somente um no rodízio.

10.1.2 - Os árbitros, mesários e/ou assistentes, estarão sujeitos à avaliação pela área técnica da Diretoria de Esportes e Lazer quanto à sua atuação nos eventos para os quais estão escalados cabendo à mesma dar continuidade à contratação da prestação do serviço de acordo com esta avaliação.

10.1.3 - A Diretoria de Esportes e Lazer notificará, previamente, o credenciado para apresentação de defesa contra todo e qualquer fato ocorrido que possa



resultar em seu afastamento e/ou eventual expulsão do regime de credenciamento para exercício da atividade.

10.1.4 - Notificado, o credenciado disporá do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, findo o qual, não tendo sido apresentada ou sendo considerada improcedente, poderá resultar em multa, suspensão e/ou descredenciamento.

10.2 - O pagamento será efetuado pelo Município de Rodeio, no prazo de até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço com aceitação no verso.

10.2.1 - O credenciado emitirá a nota de prestação de serviço compatível com o relatório mensal apresentado à Diretoria de Esportes e Lazer, indicando o evento e a respectiva função.

10.2.1.2 - O relatório de que trata o item anterior deverá ser anexado à nota fiscal apresentada, com visto da referida Diretoria de Esportes e Lazer.

10.2.3 - Não serão aceitas notas que não tenham subsídio em relatório aprovado pela Diretoria de Esportes e Lazer, arcando o credenciado exclusivamente com todo e qualquer custo inerente à substituição da mesma por inobservância à solicitação.

10.2.4 - Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, e caso for, o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

10.2.5 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estejam em nome do credenciado.

11 - ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

11.1 - Homologado o processo de credenciamento, as credenciadas serão convocadas para, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, comparecer à assinatura do contrato.

11.1.1 - A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicado pela credenciada na documentação de habilitação.

11.1.2 - Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.

11.1.3 - A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato no Centro de Licitações, localizada na Prefeitura de Rodeio, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a credenciada sujeita às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 em especial o artigo 81.

11.2 - O contrato rege-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.

11.3 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Diretoria de Esportes e Lazer a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.



11.3.1 - O proponente que, durante o período de credenciamento, optar por se descredenciar, deverá comunicar a Diretoria de Esportes e Lazer com antecedência mínima de 10 (dez) dias consecutivos, para rescisão contratual.

11.3.2 - Os credenciados estarão sujeitos à avaliação pela área técnica da Diretoria de Esportes e Lazer quanto à atuação e conduta nos eventos para os quais foram escalados, cabendo à mesma dar continuidade à contratação da prestação do serviço de acordo com esta avaliação.

11.4 - A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço executado direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readaptação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer sua consecução.

11.5 - O edital, contrato e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

12 - PENALIDADES

12.1 - Pelas falhas, irregularidades e/ou pelo não cumprimento das condições, obrigações e prazos estipulados, a credenciada estará sujeita às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão da escala de rodízio para participação das modalidades para a qual esteja credenciado;
- c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;
- f) Multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções atinentes à espécie;

12.2 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

12.3 - As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

13 - OBRIGAÇÕES

13.1 - DA DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER:

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- b) Elaborar a escala de rodízio de árbitros, mesários e/ou assistentes entre os credenciados, de modo a garantir a participação equânime nos eventos conforme suas respectivas modalidades;



- c) Publicar e manter atualizado no site o nome dos profissionais escalonados para os respectivos eventos conforme sua modalidade;
- d) Notificar os credenciados acerca de toda e qualquer irregularidade verificada, aplicando as penalidades cabíveis, quando for o caso;
- e) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- f) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a entrega dos produtos e da Nota Fiscal no setor competente;
- g) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção.

13.2 - DO PROFISSIONAL CREDENCIADO:

- a) Respeitar e cumprir a escala de rodízio publicada pela Diretoria de Esportes e Lazer;
- b) Comunicar por escrito a Diretoria de Esportes e Lazer sobre toda e qualquer dificuldade, irregularidade ou problema ocorridos durante a realização dos serviços prestados;
- c) Sujeitar-se à fiscalização da Diretoria de Esportes e Lazer, adotando os meios técnicos necessários a regular a prestação do serviço;
- d) Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;
- e) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- f) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- g) Fazer cumprir as regras oficiais das referidas Confederações Brasileiras de cada modalidade esportiva;
- h) Zelar pelo bom andamento das partidas;
- i) Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida às proponentes por apresentação de documentação relativa ao presente credenciamento.

14.2 - O presente credenciamento poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

14.3 - O proponente é exclusivamente responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento.

14.4 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o foro da cidade de Ascurra/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.5 - Faz parte integrante do Edital:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Calendário de Eventos dos jogos da Diretoria de Esportes e Lazer;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

c) ANEXO III - Modelo de Declarações obrigatórias para participação no processo de Credenciamento;

d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;

e) ANEXO V - Modelo de Requerimento para Credenciamento

f) ANEXO VI - Minuta Contratual.

Rodeio/SC, 05 de abril de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito Municipal

Anexo I

Termo de Referencia

1.0 - DO OBJETO

CRENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE ÁRBITROS, MESÁRIOS E/OU ASSISTENTES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS SAZONAIS E/OU PERIÓDICOS DA DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME CALENDÁRIO ESPORTIVO DE 2018.

2.0 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORES

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	20	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE CAMPO	R\$150,00	R\$ 3.000,00
2	100	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MESÁRIO/APONTADOR DE FUTSAL/VOLEIBOL/BASQUETE/FUTEBOL DE CAMPO	R\$20,00	R\$ 2.000,00
3	30	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE FUTEBOL SUIÇO	R\$70,00	R\$ 2.100,00
4	100	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE FUTEBOL DE SALÃO	R\$70,00	R\$ 7.000,00
5	50	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE VÔLEI DE PRAIA/FUTEVÔLEI	R\$50,00	R\$ 2.500,00
6	30	JOGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE HANDEBOL/BASQUETE	R\$50,00	R\$ 1.500,00
7	20	*DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR	R\$300,00	R\$ 6.000,00
8	10	*DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRO DE PATINAÇÃO/GINÁSTICA RITMICA	R\$300,00	R\$ 3.000,00

* Compreende-se por diária uma jornada de 8 horas de evento, independente do numero de jogos com intervalo de 1 hora apos 4 horas de evento.

2.1 - A atuação do árbitro começa ao tomar conhecimento da escala e do planejamento dos jogos, através da Comissão Organizadora. Após confirmar sua participação como prestador de serviço deverá aceitar as condições abaixo:

1. Cumprir os horários previstos para as viagens, que sairão da Diretoria de Esportes e Lazer, sendo que qualquer outro local fica de inteira responsabilidade do oficial de arbitragem. O árbitro que não viajar com a equipe, não terá direito a receber pagamento.
2. A equipe de arbitragem deverá comparecer no ginásio 30 (trinta) minutos antes de cada período (matutino e vespertino).
3. A equipe de arbitragem ao chegar ao ginásio, deverá de imediato verificar a cor dos uniformes das equipes (inclusive a cor da camisa do treinador,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

coletes, bermudas térmicas da cor predominante do calção, camisas de goleiro e goleiro linha). Também deverá observar se as comissões técnicas estão devidamente identificadas com o seu clube.

4. Os árbitros ao entrarem na quadra, deverão examinar as traves, redes, marcações da quadra, sendo que qualquer irregularidade deverá ser corrigida. Caso não seja possível, o Árbitro Principal deverá relatar e solicitar ao Coordenador do evento que tome as devidas providências para sanar a irregularidade.
5. É proibido fumar no recinto do jogo, ingerir bebida alcoólica antes e durante os jogos. Após os mesmos não deverá ser feita nos locais onde for realizada a competição. Os oficiais de arbitragem que comparecerem a ginásios, mesmo não estando escalados, também deverão cumprir essa determinação.
6. Os árbitros devem reprimir toda espécie de jogo perigoso e violento, mesmo que em determinados casos fique prejudicada a LEI DA VANTAGEM.
7. Os oficiais de arbitragem não devem discutir com dirigentes, torcedores, comissão técnica e atletas, antes, durante e após os jogos.
8. Quando algum elemento do banco de reservas for penalizado com falta disciplinar, os árbitros deverão identificá-los corretamente para o anotador.
9. Quando os árbitros tiverem a necessidade de advertir um atleta ou integrante da comissão técnica, deverão fazê-lo o mais sobriamente possível, sem gritar, sem apontar o dedo, procurando sempre chamá-lo pelo nome e sem desconsiderá-lo.
10. O arbitro que expulsar atleta ou membro da comissão técnica deverá, obrigatoriamente, fazer o relatório no verso da súmula de jogo.
11. Ao concederem entrevistas para rádio, televisão, jornais ou qualquer outro meio de comunicação, não deverão falar a respeito de parte técnica de jogo em andamento ou realizado, ou ainda normas administrativas da Diretoria de Esportes e Lazer. Não deverão criticar clubes, dirigentes, torcedores, ginásios, atletas e etc.
12. Na elaboração de seus relatórios os oficiais de arbitragem devem ser claros, redação simples, mas objetiva, não devendo desfigurar as ocorrências, exagerar os incidentes ou fingir ignorá-los.
13. Quando houver WO - "Walk Over" o Árbitro Principal deverá fazer o relatório no verso da súmula de jogo.
14. A equipe de arbitragem somente deverá sair do local de competição após o término do período de competição e em caso de qualquer irregularidade, deverá ser feito relatório.
15. Os oficiais de arbitragem devem dirigir os jogos mantendo absoluta imparcialidade e disciplina, principalmente em jogos mais tumultuados.
16. Não promover e não concorrer para desarmonia e discórdia ou cultivar a inimizade entre os integrantes do Quadro de oficiais de arbitragem ou qualquer membro do Comitê Organizador do evento.
17. As escalas serão divulgadas pela Diretoria de Esportes e Lazer via e-mail ou telefone. As solicitações de dispensa para a semana, serão aceitas até às 13 horas de segunda-feira por escrito, fax ou e-mail para a Diretoria de Esportes e Lazer no e-mail cm rodeio@tpa.com.br.



18. O não cumprimento de qualquer uma destas normas fará com que os oficiais de arbitragem fiquem sujeitos as punições estabelecidas pela Diretoria de Esportes e Lazer.
19. Os árbitros serão escalados no formato de rodízio conforme a necessidade da Diretoria de Esportes de Rodeio para jogos em locais e horários a serem definidos de acordo com o calendário de eventos contido no Anexo II, podendo haver alterações mediante prévio aviso.
20. Tal escala está sujeita a avaliação técnica a ser realizada pela Diretoria de Esportes e Lazer de Rodeio.
21. Os árbitros estarão sujeitos à avaliação pela área técnica da Diretoria Municipal de Esportes de Rodeio quanto a sua atuação nos eventos para os quais estão escalados, cabendo à área técnica da Diretoria de Esportes dar continuidade à contratação da prestação do serviço de acordo com esta avaliação.
22. Os casos omissos a essa norma serão resolvidos pela Diretoria de Esportes e Lazer.

3.0 DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES/ESCLARECIMENTOS

3.1 Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos sobre os materiais em questão poderão ser feitos através dos telefones: (47) 33840161, no horário comercial, ou por e-mail: licitacaorodeio@terra.com.br.

Rodeio 05 de abril de 2018.

Bruno Cezar Ferrari
Diretor de Esportes

De acordo

Paulo Roberto Weiss
Prefeito Municipal

ANEXO II

CALENDÁRIO ESPORTIVO 2018 - EVENTOS MUNICIPAIS

Competição	Naípe	Categoria		Data da Reunião
Taça vale dos trentinos de Futsal dos Menores e adulto	Masc e Fem	Sub 07/09/11/13/15/17masc 17/17 Fem Livre masc	Abril	09/04/2018
JER - Jogos Escolares de Rodeio	Masc e Fem	06 a 14 anos	Abril	18/04/2018
Festival Regional de Futvolei	Masc	Livre (16 anos Acima)	Junho	14/06/2018
Campeonato Municipal de Futebol Suiço	Masc	Livre	Agosto	04/08/2018
Jornada Esportiva	Masc e fem	Menores 03 a 17 anos	Outubro	02/10/2018
Campeonato municipal dos Veteranos	Masc	Sub 30 / 40 / 50 anos	Novembro	01/11/2018
Festival municipal de Ginastica	Fem	Livre	Novembro	01/11/2018
Festival Municipal de Paticação	Fem	Livre	Dezembro	01/12/2018
Campeonato estadual de Volei de praia	Fem	Sub 17 anos	Dezembro	04/12/2018



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, declara:

a) Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

b) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental.

c) Que o ato constitutivo é vigente.

d) Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública

e) Que conhece e aceita todas as condições do referido edital.

(local e data)

(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

_____, inscrito no CNPJ/CPF n° _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____, declara, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firma a presente declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Declaro que não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas (Súmula Vinculante n.º 13 STF).

_____, em ____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

A Diretoria de Esportes e Lazer de Rodeio

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE ÁRBITROS, MESÁRIOS E/OU ASSISTENTES, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE EVENTOS SAZONAIS E/OU PERIÓDICOS DA DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME CALENDÁRIO ESPORTIVO DE 2018, nos termos do Processo Licitatório Credenciamento nº 15/2018.

Razão social:

CNPJ:

Nome:

C.I. RG (representante legal):

CPF (representante legal):

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Telefone(s):

Item	Unidade	Descrição	Valor unitário
.....

_____, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do requerente

ANEXO VI

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº/2018

Pelo presente contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, 1069, Centro, nesta Cidade, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Weiss, inscrito no cpf sob o nº 765.097.459-68, Prefeito Municipal, brasileiro, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado, e _____, pessoa natural, (qualificação completa) ou microempreendedor individual MEI, (qualificação completa), abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº 03/2018, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS PREÇOS

Pelo presente instrumento fica a CREDENCIADA apta a plena e total execução dos serviços de _____ (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), na modalidade de _____ para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, para o ano de 2018, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Credenciamento nº 03/2018.



A prestação dos serviços constantes deste instrumento observará obrigatoriamente todos os detalhamentos, valores/preços de referência, condições, descrições e demais disposições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 03/2018, planilhas, escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos, Anexos, no presente instrumento e aquelas estabelecidas pela Diretoria de Esportes e Lazer (inclusive quanto a cronogramas de atividades).

Esta prestação de serviços abrange a execução, pela CONTRATADA, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários ao pleno, total e integral cumprimento do objeto constante deste instrumento e do Edital de Credenciamento nº 03/2018, planilhas, escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos, Anexos e dar-se-á nas formas e condições estabelecidas pela Diretoria de Esportes e Lazer.

O presente contrato, Edital de Credenciamento nº 03/2018, planilhas, escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos e Anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADES

O objeto deverá ser total, integral e exclusivamente executado e realizado pela CREDENCIADA, sem quaisquer restrições. A CREDENCIADA se compromete a apresentar todo o aparato e toda a estrutura, sejam elas de que natureza forem, necessárias à execução do objeto, em pleno e total funcionamento.

Toda a execução do objeto dar-se-á obrigatoriamente através de profissional devidamente habilitado, capacitado, treinado, equipado (inclusive no que tange aos itens de proteção, quando necessário) e regularmente inscrito junto ao órgão competente (quando necessário), cumpridas todas as demais obrigações, atribuições e requisitos constantes do Edital de Credenciamento nº 03/2018, Anexos e no presente instrumento.

Os serviços serão executados pela CREDENCIADA nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 03/2018, em especial o subitem 10.1 do item 10 (abaixo) e demais exigências constantes dos anexos do edital:

10.1 - Os árbitros, mesários e/ou assistentes, serão escalados no formato de rodízio conforme a necessidade da Diretoria de Esportes e Lazer para jogos em locais e horários a serem definidos de acordo com o calendário de eventos contido no Anexo II, podendo haver alterações mediante prévio aviso. Tal escala está sujeita à avaliação técnica a ser realizada pela Diretoria de Esportes e Lazer, e estará disponível no site da Prefeitura.

10.1.1 - Quando se tratar de pessoas jurídicas (ligas), a entidade será interpretada como uma credenciada no rodízio, ou seja, apesar da pessoa jurídica ser formada por diversos membros, caberá somente um no rodízio.

10.1.2 - Os árbitros, mesários e/ou assistentes, estarão sujeitos à avaliação pela área técnica da Diretoria de Esportes e Lazer quanto à sua atuação nos eventos para os quais estão escalados cabendo à mesma dar continuidade à contratação da prestação do serviço de acordo com esta avaliação.

10.1.3 - A Diretoria de Esportes e Lazer notificará, previamente, o credenciado para apresentação de defesa contra todo e qualquer fato ocorrido que possa resultar em seu afastamento e/ou eventual expulsão do regime de credenciamento para exercício da atividade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

10.1.4 - Notificado, o credenciado disporá do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, findo o qual, não tendo sido apresentada ou sendo considerada improcedente, poderá resultar em multa, suspensão e/ou descredenciamento.

10.2 - O pagamento será efetuado pela Diretoria de Esportes e Lazer, no prazo de até 15 (quinze) dias após apresentação da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço com aceitação no verso.

10.2.1 - O credenciado emitirá a nota de prestação de serviço compatível com o relatório mensal apresentado à Diretoria de Esportes e Lazer, indicando o evento e a respectiva função.

10.2.1.2 - O relatório de que trata o item anterior deverá ser encaminhado à Diretoria de Esportes e Lazer até o 25º dia de cada mês, e obrigatoriamente ser anexado à nota fiscal apresentada, com visto da referida Diretoria de Esportes e Lazer.

10.2.3 - Não serão aceitas notas que não tenham subsídio em relatório aprovado pela Diretoria de Esportes e Lazer, arcando o credenciado exclusivamente com todo e qualquer custo inerente à substituição da mesma por inobservância à solicitação.

10.2.4 - Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, e caso for, o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

10.2.5 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estejam em nome do credenciado.

É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CREDENCIADA, a prestação e o cumprimento de todos os serviços, fornecimento de toda mão de obra, pessoal, equipamentos, materiais e produtos necessários à plena execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital de Credenciamento nº 03/2018, Planilhas, Escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos, Anexos e do presente instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todos e quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, securitário, previdenciário, social, tributário, comercial ou de outra natureza (inclusive FGTS, INSS, PIS, SEGURO e outros), resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município de Rodeio ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou terceiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

O Município pagará à CREDENCIADA, durante todo o prazo contratual, para cada serviço efetivamente realizado, os valores constantes da planilha de descrição dos serviços e valores de que trata o Anexo I do Edital de credenciamento nº 03/2018, observadas as demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, do Edital de Credenciamento nº 03/2018, Planilhas, Escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos e Anexos.

Os pagamentos serão efetuados pela Contratante a CREDENCIADA através de depósito junto à agência nº _____, conta nº _____, do Banco _____, de titularidade desta última, em até 30 (trinta) dias após a plena comprovação acerca dos serviços prestados, observadas e cumpridas as demais condições estabelecidas neste instrumento e no Edital de Credenciamento nº 03/2018 (em especial o item 10 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO abaixo) e anexos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

10.2 - O pagamento será efetuado pela Diretoria de Esportes e Lazer, no prazo de até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço com aceitação no verso.

10.2.1 - O credenciado emitirá a nota de prestação de serviço compatível com o relatório mensal apresentado à Diretoria de Esportes e Lazer, indicando o evento e a respectiva função.

10.2.1.2 - O relatório de que trata o item anterior deverá ser anexado à nota fiscal apresentada, com visto da referida Diretoria de Esportes e Lazer.

10.2.3 - Não serão aceitas notas que não tenham subsídio em relatório aprovado pela Diretoria de Esportes e Lazer, arcando o credenciado exclusivamente com todo e qualquer custo inerente à substituição da mesma por inobservância à solicitação.

10.2.4 - Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, e caso for, o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

10.2.5 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estejam em nome do credenciado.

Esses pagamentos ficam condicionados a apresentação, pela CREDENCIADA dos documentos fiscais/notas fiscais acerca dos serviços efetivamente realizados/prestados, no setor de compras, devendo cumprir todas as condições estabelecidas pela Diretoria de Esportes e Lazer e demais disposições constantes no Edital de Credenciamento nº 03/2018, Planilhas, Escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos, Anexos e do presente instrumento.

No referido preço estão inclusos todos os custos advindos da responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena execução do objeto e demais atribuições e obrigações do Edital de Credenciamento nº 03/2018, Planilhas, Escalas, Termo de Referência, Calendário de Eventos, Anexos e do presente instrumento.

As despesas deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
5	Secretaria de Educação
1	Departamento de Desporto e Lazer
2011	Manter e Apoiar o Desporto e Lazer
333903999000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1000000	Recursos Ordinários

Por se tratar de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, os preços constantes da planilha de descrição dos serviços e preços da Cláusula Primeira deste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 03/2018 e Anexos, compete também a CREDENCIADA:

- Executar e cumprir fielmente todo o objeto, serviços e demais atribuições, observações, obrigações, prazos e responsabilidades constantes deste



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

- instrumento, Edital de Credenciamento nº 03/2018 e Anexos, arcando com todos os custos, ônus e obrigações;
- b) Cumprir fielmente todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto ou aquelas apresentadas pela Diretoria de Esportes e Lazer, principalmente no que tange ao cumprimento dos horários e escalas;
 - c) Fazer cumprir as regras oficiais das referidas Confederações Brasileira de cada Esporte;
 - d) Zelar pelo bom andamento das partidas;
 - e) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
 - f) Disponibilizar todo e qualquer recurso necessário a execução do objeto;
 - g) Enviar a DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER nota fiscal dos serviços prestados para recebimento dos valores, cumprindo inclusive com as demais exigências constantes do Edital;
 - h) A total responsabilidade pelo gerenciamento e pela responsabilidade técnica dos serviços;
 - i) Em disponibilizar todos os recursos, seja ele de que natureza forem necessários a execução do objeto;
 - j) De forma única e exclusiva por qualquer responsabilidade, indenização e reparação que surgir em virtude deste instrumento ou de dano causado a Diretoria de Esportes e Lazer e a qualquer terceiro;
 - k) Em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto;
 - l) Em assumir quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material, maquinários e equipamentos;
 - m) Em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças, inscrições junto a órgão competente e autorizações necessárias à execução do objeto;
 - n) Única e exclusivamente por todos os serviços, materiais, equipamentos e maquinários necessários a execução do objeto;
 - o) Quanto a quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência deste contrato;
 - p) Única e exclusivamente quanto aos danos causados a equipamento, produto, material ou maquinário utilizado para a execução do objeto, arcando exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades;
 - q) Em cumprir todas as disposições deste instrumento e da legislação aplicável a espécie;
 - r) Quanto aos custos relativos aos deslocamentos necessários a execução deste contrato;
 - s) Em comunicar a Diretoria de Esportes e Lazer a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto (por escrito);
 - t) Por toda sua alimentação, transporte, manutenção e demais atribuições e obrigações necessárias a correta e fiel execução do objeto;
 - u) Em utilizar, quando necessário, os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir com as normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos os custos e ônus;
 - v) Quanto a aceitação dos acréscimos ou supressões que a Diretoria de Esportes e Lazer realizar por escrito, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93;
 - w) Quanto a quantidade e qualidade dos serviços, produtos, materiais e equipamentos oferecidos, respondendo por quaisquer acontecimentos;
 - x) De forma única e exclusiva, por todo tributo, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução deste instrumento;
 - y) Em facilitar que a DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER acompanhe e fiscalize todas as atividades, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.
 - z) Respeitar e cumprir a escala de rodízio publicada pela Diretoria de Esportes e Lazer;
 - aa) Comunicar por escrito a Diretoria de Esportes e Lazer sobre toda e qualquer dificuldade, irregularidade ou problema ocorridos durante a realização dos serviços prestados;



- bb) Sujeitar-se à fiscalização da Diretoria de Esportes e Lazer, adotando os meios técnicos necessários a regular a prestação do serviço;
- cc) Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas neste edital e anexos;
- dd) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- ee) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- ff) Fazer cumprir as regras oficiais das referidas Confederações Brasileiras de cada modalidade esportiva;
- gg) Zelar pelo bom andamento das partidas;
- hh) Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

Além das demais obrigações constantes do Edital de Credenciamento nº 03/2018 e Anexos compete também a DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER:

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste credenciamento;
- b) Elaborar a escala de rodízio de árbitros, mesários e/ou assistentes entre os credenciados, de modo a garantir a participação equânime nos eventos conforme suas respectivas modalidades;
- c) Publicar e manter atualizado no site o nome dos profissionais escalonados para os respectivos eventos conforme sua modalidade;
- d) Notificar os credenciados acerca de toda e qualquer irregularidade verificada, aplicando as penalidades cabíveis, quando for o caso;
- e) Emitir a Ordem de Execução dos Serviços e convocar a CREDENCIADA a assinar/retirar a referida Ordem de Serviços;
- f) Efetuar o pagamento nos termos estipulados na CLÁUSULA TERCEIRA;
- g) Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do presente instrumento, o que não exime a CREDENCIADA, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade quanto a execução do objeto e perante terceiros e a DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER.
- h) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- i) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a entrega dos produtos e da Nota Fiscal no setor competente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de ___/___/___ e término em ___/___/___, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante a expedição de termo aditivo, observadas as disposições constantes da Lei nº 8.666/93 e as demais estabelecidas pela DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER.

A partir da assinatura da Ordem de Serviços fica a CREDENCIADA totalmente responsável em cumprir o objeto, sob pena de aplicação das penalidades constantes deste instrumento e do respectivo edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

A CREDENCIADA prestará única e exclusivamente os serviços constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a mesma e o Município de Rodeio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Além das demais disposições constantes da Lei nº 8666/93, Edital, Anexos e do presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER, a CREDENCIADA incorrerá nas seguintes penalidades:



- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão da escala de rodízio para participação das modalidades para a qual esteja credenciado;
- c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;
- f) Multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções atinentes à espécie.

Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pela Contratante.

A CREDENCIADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal, podendo ser retida dos valores devidos à CREDENCIADA ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente após a notificação.

A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser:

- a) pela paralisação dos serviços;
- b) pela transmissão ou cessão a terceiros, pela CREDENCIADA, do objeto, sem prévia anuência por escrito da DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER;
- c) pelo ato de autoridade ou lei superveniente que torne a execução do contrato formal ou materialmente impraticável;
- d) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- e) pela Diretoria de Esportes e Lazer a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes;
- f) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para Administração.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER, com as consequências previstas na CLÁUSULA OITAVA.

Constituem também motivos para rescisão do contrato, aquele constante do art. 77, e as demais disposições constantes do art. 78, tudo da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
Secretaria de Administração e Finanças

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS GERAIS

A DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

A DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades.

A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER.

A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ascurra - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes CONTRATANTES, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rodeio, de de 2018.

Prefeitura Municipal de Rodeio
Paulo Roberto Weiss

Contratada

Testemunhas:

Celso Giovanella

Erico Carini

Advogado:

Denílson Duarte Lana OAB 24471